1 Introdução

Neste trabalho, usando o referencial bibliográfico, partimos em busca de um fundamento, a saber, afirmamos que a “ação humana” é o fundamento da moral individual.

Buscamos fundamentar nossa hipótese, a partir do pensamento de Tomas de Aquino. Ora, ao falarmos da moral e do elemento humano através de seus “atos”, evocamos uma questão que se apresenta sobre a responsabilidade que esse “homem” tem diante daquilo que é moral e daquilo que é legal. Ao considerarmos o termo “atos humanos”, temos em vista uma realidade bem concreta: o ser humano que queremos atingir através da nossa questão não é apenas o ser humano a partir de sua essência ou natureza, e, sim, através de sua mais profunda singularidade.

O problema filosófico que nos propomos desenvolver anuncia sua importância na medida em que o tema desenvolvido se refere às questões da humanidade em todos os momentos da sua história. Abordamos a moral ligada à ética tomista bem como também ao conceito jusnaturalista tanto por parte do tomismo, como por parte do direito, visto aqui, sob o prisma dos argumentos do filósofo do Direito, Lon Fuller.

Assim, nosso objetivo neste trabalho é mostrar a importância dos “atos humanos” sob o ponto de vista do tomismo e da filosofia do Direito em Fuller. Levando em consideração o ponto em comum entre esses dois, que é o jusnaturalismo.

O Jusnaturalismo de Tomás de Aquino foi herdado da tradição filosófica grega, platônica e aristotélica, buscando na natureza humana racional, entendida como criada por Deus, as fontes do Direito e as bases de sua legitimidade. A consciência moral racional, o *habitus*, é o que permite ao ser humano fazer as escolhas moralmente certas e que, segundo São Tomás, pertence ao âmbito da razão prática¹.

¹ MARCONDES, Danilo e STRUCHINER, Noel. *Textos Básicos de Filosofia do Direito*. p. 38. ed. Zahar. 2015

O pensamento filosófico tomista teve a sua participação no Direito, haja vista que, para a ética tomista, a lei é essencialmente diretiva de todos os atos humanos, relativamente à sua função prática.

Por outro lado, daremos ênfase a Doutrina do Duplo Efeito. Na verdade, apesar de vários autores encontrarem a origem dessa doutrina no pensamento de Tomas de Aquino, este princípio moral só teve a sua proeminência no contexto da teologia moral católica do século XIX.

Esta doutrina continua a ser importante no pensamento neoescolástico acima mencionado, tendo, nas últimas décadas sido motivo de atenção de alguns filósofos cuja obra se insere na tradição analítica. Dentre estes filósofos contemporâneos temos Gertrude Anscombe, Thomas Nagel e Philippa Foot. Estes são considerados, os filósofos mais notáveis, na contemporaneidade, a defender a Doutrina do Duplo Efeito.

Esta doutrina tem como princípio exprimir a idéia de que pretender que um mal se verifique, se conclua, é pior que dar origem a um mal quando o mesmo é meramente previsto, o que, na verdade, procuramos dar ênfase a essa doutrina, primeiramente por ter a sua origem no tomismo e, também porque a mesma se refere a uma investigação ética pelos conceitos da ação do homem que é o objeto de nosso trabalho.

Ao falarmos da Doutrina do Duplo Efeito, como não poderíamos deixar passar em branco, falaremos da virtude, entendida como excelência da vontade, e base da moral.

O nosso trabalho se divide, essencialmente em três Capítulos.

No Primeiro Capítulo examinaremos a “Moral tomista e a Doutrina do Duplo Efeito”. Dentro dessa abordagem discutiremos "ato humano" e sua liberdade de ação, bem como analisaremos da “ética das virtudes”, onde abordaremos desde Aristóteles até a modernidade. Neste mesmo Capítulo veremos esta Doutrina tomista, sua origem, suas concepções de virtude e responsabilidade, bem como a questão do direito para o tomismo.

Ainda como parte deste Primeiro capítulo, consideraremos pormenorizadamente a Doutrina do Duplo Efeito, sua origem, seu contexto, suas teorias, a inteligibilidade desta doutrina, seu conteúdo e credibilidade e os desafios à mesma. Fazendo parte do término deste Capítulo, discorreremos sobre a Doutrina do Duplo Efeito na contemporaneidade e sua repercussão perante alguns cientistas políticos, contemporâneos da moral e do Direito, como Joshua Greene e Jonathan Haidt.

No Segundo Capítulo falaremos do Direito e moralidade, onde traremos, então, primeiramente, uma abordagem histórica sobre o Jusnaturalismo e o Juspositivismo, bem como sobre o positivismo jurídico mais especificamente, destacando, ali, Hans Kelsen e outros juristas da atualidade.

A parte central deste capítulo é a moralidade do Direito segundo Lon Fuller. Começaremos por examinar seu conceito de Direito, bem como o Direito natural. Dentro

dessa abordagem mostraremos que para Fuller, o Direito não só atinge a moral, através da sua moralidade interna, mas que aí se alicerça e atua dentro dos limites traçados por esta mesma moral, ora mencionada.

Dentro dessa introdução sobre a moralidade, passaremos a ver neste Capítulo, a Moralidade em Fuller, desta vez, de maneira pormenorizada, inclusive examinando o Direito em relação com a Liberdade.

Para Fuller, aquilo que o Direito é ou pode ser está condicionado pelo seu propósito de governar as condutas humanas por meio de regras, e Fuller acredita que essas exigências sejam morais.

Fuller, por sua vez, achava o sistema de leis de um regime ditatorial como o regime nazista, no qual observava o que ele chama de “moralidade interna do direito”, o conjunto de critérios mínimos capazes de garantir a juridicidade, ou existência jurídica, de certas leis².

Já no Terceiro Capítulo, achamos por bem, trazermos como instrumento para a Ética Prática, o aspecto moral e legal tendo como base a obra de Lon Fuller: “O Caso dos exploradores de Cavernas”.

Dentro desse enfoque prático da obra, faremos primeiramente, um resumo da mesma, dando ênfase a cada voto dos Juízes e uma análise crítica, segundo o direito que regia aquela Corte, examinada nesta obra.

Ainda neste Capítulo, traremos uma visão jurídica da Doutrina do Duplo Efeito, onde daremos ênfase na moralidade da ação humana. Na verdade, usaremos essas duas abordagens para termos base para considerarmos a Doutrina do Duplo Efeito dentro desta obra de Fuller.

Assim, após estas duas abordagens, desenvolveremos ainda neste mesmo capítulo a aplicabilidade da Doutrina do Duplo Efeito diante da referida obra de Fuller, bem como também, como base no Direito Penal Brasileiro atual, traremos uma visão crítica do Julgamento daquela Corte em comparação com o nosso atual ordenamento jurídico.

Por fim, na Conclusão do nosso trabalho, discutiremos sobre a "escolha" e sua responsabilidade moral e a responsabilidade legal e a "imposição da lei". Certos de que, trata-se de apenas uma Conclusão provisória, haja vista que, o estudo da filosofia moral, bem como o estudo da filosofia do Direito são, cada um deles na sua peculiaridade, temas de grande dinâmica contemporaneamente, nossa pretensão, não foi, de forma alguma, esgotar o assunto, mas apenas mostra-lo sob um ponto de vista da moral tomista e da moralidade do Direito, em Lon Fuller.

² MARCONDES, Danilo e STRUCHINER, Noel. *Textos Básicos de Filosofia do Direito*. p. 108-109. ed. Zahar. 2015